

Nesta Edição:

- Senado aprova troca de informações fiscais entre Brasil e Estados Unidos.
- Sendo aprova criação de Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

Senado aprova troca de informações fiscais entre Brasil e EUA

O Plenário do Senado aprovou nesta quinta-feira um acordo entre o Governo do Brasil e o Governo dos Estados Unidos para facilitar o intercâmbio de informações tributárias (PDS 30/2010). O documento já havia sido assinado pelos dois países em 2007, mas precisava passar pelo crivo do Congresso Nacional para entrar em vigor. O texto segue agora para sanção presidencial.

A aprovação do acordo entre o Brasil e os EUA para o intercâmbio de informações relativas a tributos é o primeiro passo para se chegar a um acordo para evitar a dupla tributação entre os dois países. O objetivo maior será evitar que empresas norte-americanas no Brasil ou brasileiras nos Estados Unidos sejam tributadas duas vezes sobre a mesma base, uma nos Estados Unidos e outra no Brasil. Essa dupla tributação tem claro impacto sobre a competitividade das empresas brasileiras e norte-americanas, sendo um obstáculo ao aprofundamento das relações econômicas. Cabe destacar que o Acordo prevê a adoção dos procedimentos administrativos do fisco nacional, de modo que não será permitido ao fisco da outra parte interferir em suas atividades fiscalizadoras.

Senado aprova criação de Secretaria da Micro e Pequena Empresa.

O Plenário do Senado aprovou na sessão desta tarde, parecer favorável do senador Walter Pinheiro (PT/BA) ao Projeto de Lei da Câmara 112 de 2012, de iniciativa da Presidência da República, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que integrará a estrutura da Presidência da República, com status de ministério.

A Secretaria terá como competências a formulação, coordenação e articulação de:

- políticas e diretrizes para o apoio às MPEs e de fortalecimento, expansão e formalização de MPEs;
- programas de incentivo e promoção de arranjos produtivos locais relacionados às MPEs, e do desenvolvimento da produção;
- programas e ações de qualificação e extensão empresarial voltadas às MPEs e artesanato;
- programas de promoção da competitividade e inovação voltados à microempresa e empresa de pequeno porte.

panel

- CRE e CMA realizarão audiência pública sobre a Rio+20 e Biodiversidade em abril.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado Federal aprovou, nesta quinta-feira, o requerimento de autoria do senador **Ricardo Ferraço (PMDB/ES)** para a realização de audiência pública sobre a *Rio+20 e a Biodiversidade: Resultados e Perspectivas*. A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e terá lugar no dia 26 de abril de 2013, no Auditório do INTERLEGIS, em Brasília.

Câmara arquiva projetos que regulamentam Adicional de Periculosidade

Em razão da aprovação da Lei n. 12.740/2012, a Mesa da Câmara dos Deputados, na noite desta quinta-feira, decidiu pela prejudicialidade dos Projetos de Lei 7.384/2006 (considera perigosa a atividade exercida em contato com energia elétrica de risco acentuado), 7.378/2006 (considera perigosa a atividade de risco à saúde do trabalhador) e 5.796/2009 (considera perigosa a atividade de vigilante portador de arma de fogo). Desse modo, os referidos Projetos de Lei foram arquivados.

Também coordenará e supervisionará os Programas de Apoio às Empresas de Pequeno Porte custeados com recursos da União e promoverá articulação e incentivo à participação das MPEs e artesanato nas exportações brasileiras de bens e serviços e sua internacionalização.

A matéria vai à sanção.

ERAMOS

ANPS participará de Audiência Pública para debater a MPV dos Portos.

Cometemos um engano ontem quando informamos sobre os requerimentos aprovados para inclusão de novos convidados nas próximas duas etapas de audiências públicas da MPV 595/2012, o novo marco regulatório dos portos e operações portuárias. No requerimento de autoria do deputado César Colnago (PSDB/ES), para realização de audiência pública como intuito de debater as mudanças propostas no sistema portuário pela medida provisória, consta dentre os convidados um representante da **Associação Nacional das Empresas Permissionárias de Portos Secos (ANPS)**. Na edição de ontem desse periódico constou, equivocadamente, o nome da Associação Brasileira de Portos Secos (ABEPRA).

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL
| Gerente Executivo: Vladson Bahia Menezes | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.